

Programa Eleitoral

MOVIMENTO PONTA DELGADA PARA TODOS

AUTÁRQUICAS 2025



ÍNDICE

Introdução _____	2
I. Mais mobilidade e melhor acessibilidade _____	4
II. Melhor combate à pobreza e mais desenvolvimento social _____	10
III. Melhor urbanismo e mais habitação _____	25
IV. Mais criação e melhor distribuição de riqueza _____	30
Conclusão _____	38

Nota ao Leitor

Ao longo do documento verá assinalados os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) mais impactados por cada proposta do nosso programa. Assinalam um compromisso claro com a Agenda 2030 da ONU e ajudam-nos a perceber como é que os territórios e as políticas municipais podem contribuir para alcançar as metas globais comuns a todos os povos. **Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parcerias** são os 5 eixos em que se enquadram os 17 ODS:



Se quiser saber mais sobre a Agenda 2030 e os objetivos globais consulte o [site da ONU Portugal](https://pt.sustainabledevelopment.un.org/)

Cidadãos de Ponta Delgada,

No ano em que se cumpre quase meio século das primeiras eleições autárquicas, que se realizaram em 1976, o resultado das eleições do próximo dia 12 de outubro irá iniciar o futuro de Ponta Delgada.

O nosso concelho é o **motor económico dos Açores e a principal porta de entrada e saída de pessoas e de mercadorias do arquipélago.**

Esta posição geoestratégica exige uma governação próxima das pessoas, transparente nos procedimentos, rigorosa na decisão, humilde na atitude democrática e capaz de responder aos desafios presentes e futuros, garantindo um novo ciclo de desenvolvimento social e económico.

O Movimento Independente de cidadãos **Ponta Delgada para Todos** nasce desta consciência e da vontade de construir um concelho preparado para liderar o caminho do progresso.

Assumindo um compromisso com cada cidadão, o nosso projeto reconhece, respeita e valoriza a identidade de cada uma das comunidades nas **24 freguesias**, fomentando e potenciando a coesão territorial e social.

Este princípio terá tradução inequívoca na nossa ação governativa à frente dos destinos de Ponta Delgada em prioridades bem definidas para o próximo mandato com investimento estimado de **105 M€**.

Quatro Eixos Estratégicos para o Futuro



Eixo 1 – Mobilidade e Acessibilidade

- transportes individuais, + transportes públicos e + espaços verdes



Eixo 2 – Segurança, Inclusão e Desenvolvimento Social

+ segurança, + desporto, cultura e educação, + ambiente e - pobreza



Eixo 3 – Urbanismo e Habitação

+ habitação e melhor ambiente urbano e rural



Eixo 4 – Criação e Distribuição de Riqueza

- burocracia + autarquia parceira + emprego local + nova geração de receitas

Iniciaremos desde já o caminho de Ponta Delgada, um concelho **Aberto ao Mundo**. Um território que valoriza as suas pessoas, protege os seus recursos naturais e aposta numa economia moderna e sustentável. **O onde e como pretendemos** estar em 2050 debatido e decidido em **Assembleia de Cidadãos!**

Trabalharemos para que **cada Freguesia tenha voz, cada cidadão seja respeitado e cada decisão seja tomada no melhor interesse do nosso concelho**, desde logo criando a **Assembleia de Cidadãos** e o **Orçamento Participativo Vinculativo**. Comprometo-me a que os **Presidentes de Junta** estejam representados nas **decisões de interesse** para as suas freguesias e a **que cada voz seja ouvida**.

Escutar para decidir, agir para transformar e construir, em conjunto, um futuro de excelência para todos os cidadãos de cada uma das nossas 24 freguesias.

Com Coragem, por uma Ponta Delgada para Todos.

EIXO I

Mais mobilidade e melhor acessibilidade

- i. Mobilidade verde e inclusiva
- ii. Turismo Organizado como parceiro de uma
Mobilidade e Acessibilidade Sustentáveis
- iii. Parcerias Estratégicas

I. Mais mobilidade e melhor acessibilidade

Ponta Delgada será um concelho inclusivo, acessível e preparado para o futuro!

A cidade de Ponta Delgada é composta por um sistema urbano complexo que justifica a articulação de diversas componentes de acessibilidade (circulação rodoviária e transportes públicos) no sentido da **promoção da mobilidade sustentável** e do **acesso universal dos cidadãos ao sistema de transportes, incentivando a utilização dos modos de deslocação ativos e suaves (pedonal, ciclável e transportes públicos)**.

O ordenamento do território e a existência de uma melhor e mais eficiente rede de mobilidade e acessibilidade são elementos essenciais para a coesão territorial e para a descentralização dos processos de desenvolvimento económico e sociais.

Assumimos, de forma clara, que a mobilidade e a acessibilidade serão **pilares centrais** do nosso mandato.

Iremos implementar, após debate em Assembleia de Cidadãos, o **Plano Estratégico de Acessibilidade e Mobilidade Sustentável do ano de 2024** com o propósito de orientar a transformação da mobilidade urbana, tornando-a mais inclusiva, eficiente e ambientalmente responsável.

Este plano parte do princípio de que **todos os cidadãos, independentemente da idade, condição física ou situação socioeconómica, devem poder usufruir do território em igualdade de condições**. A mobilidade sustentável é um compromisso ético e social que assumimos: tornar Ponta Delgada um concelho sustentável, um legado que pretendemos deixar para as próximas gerações.

Comprometemo-nos a **modernizar profundamente o transporte público coletivo urbano** e promover concertação com o Governo dos Açores para que o **transporte público coletivo municipal** possua horários e carreiras que sirvam melhor os cidadãos e sem sobreposições com o transporte público coletivo urbano.

Promoveremos uma **mobilidade verde**, investindo em soluções que reduzam a pegada ambiental, privilegiem modos suaves de transporte e contribuam para um concelho mais saudável e equilibrado.

Defendemos ainda uma **mobilidade inclusiva**, que garanta igualdade de acesso a todos os cidadãos, independentemente da idade, condição física ou situação socioeconómica.

Seremos um executivo pautado pela colaboração, fomentando sinergias com parceiros estratégicos

Medidas

1. Mobilidade verde e inclusiva

Construção da Central de Camionagem

- Resolução dos principais problemas de mobilidade e acessibilidades associados à cidade de Ponta Delgada, criando um ponto eficiente de articulação e distribuição entre os diferentes meios de transporte público e privado.
- Aliviar a pressão dos fluxos de trânsito motorizado no centro de Ponta Delgada, com particular incidência na Avenida Infante D. Henrique e ruas próximas, proporcionando conforto aos cidadãos em geral e, em particular, aos profissionais do setor dos transportes.



Reorganização dos Circuitos minibus

- Reorganizar os circuitos das linhas minibus, com acesso gratuito para residentes, para maior conforto, eficiência e rapidez, promovendo o uso do transporte público.



Ligações diretas aos parques periféricos

- Criar linhas diretas dos parques de estacionamento periféricos para o **Centro Histórico**.



Melhorar condições de acessibilidade

- Criar melhores **condições de acessibilidade**, abrindo **novas vias municipais e melhorando as existentes**, introduzindo, quando possível, corredores verdes, corredores BUS e ciclovias, com o objetivo de reduzir o tempo de circulação e a pegada carbónica, promovendo uma mobilidade mais eficiente e sustentável e proporcionando uma melhoria da qualidade de vida aos cidadãos.
- Iremos intervir de forma prioritária no Rossio (Capelas), na Avenida D. João III e sua ligação à Rua das Laranjeiras, Rua do Laureano, na Avenida João Bosco Mota Amaral, na Rua de São Gonçalo, na Avenida Natália Correia, na Rua Infante D. Henrique (Fajã de Cima), na Avenida Antero de Quental e entre a Rua das Laranjeiras e o Loreto.



Implementar plano ciclável

- Implementar o **Plano Ciclável**, após a sua aprovação em Assembleia Municipal de Cidadãos, assumindo um compromisso para a próxima década, que assegurará a **promoção do uso da bicicleta e o investimento na construção de uma Rede de Ciclovias** que possa oferecer ligações diretas e contínuas entre equipamentos coletivos, áreas habitacionais, áreas comerciais e de serviços ou locais de lazer e nas diferentes freguesias.
- Criar o Regulamento Municipal da Mobilidade Suave.
- Criar infraestruturas e definir locais de estacionamento para meios de transporte suave.



Lugares de estacionamento exclusivos a residentes

- Estabelecer **lugares de estacionamento** destinados **exclusivamente a residentes** nas freguesias com maior pressão rodoviária.



Reforço de lugares nos parques de estacionamento gratuitos



Criar bolsas de estacionamento

- Criar bolsas de estacionamento no rés-do-chão de alguns edifícios devolutos propriedade da autarquia no centro histórico.

App Municipal de Mobilidade Integrada

- Promover o desenvolvimento de uma **App Municipal de Mobilidade Integrada**, que concentre numa única plataforma digital a consulta de horários e rotas dos transportes públicos, a localização de bicicletas, trotinetes e pontos de paragem de transportes flexíveis como minibus, bem como informações úteis sobre trânsito, parques de estacionamento e pontos de carregamento elétrico. Complementarmente, esta app permitirá sinalizar percursos pedonais urbanos e rurais (trilhos), ligando pontos de interesse turístico e cultural, promovendo o turismo a pé de forma sustentável, segura e atrativa para residentes e visitantes.



Definir, durante os próximos quatro anos, em colaboração com o Governo dos Açores, quatro anéis de circulação para o transporte público terrestre

- Linha minibus centro
- Linha minibus freguesias
- Linha expresso freguesias
- Linha expresso intermunicipal

Afirmar esta posição do município junto do Governo Regional para promover a melhoria da oferta, qualidade e cobertura dos transportes públicos terrestres, evitando sobreposições, garantindo uma mobilidade mais eficiente e inclusiva em todo o território concelhio e nas ligações intermunicipais.



Eliminar barreiras arquitetónicas

Eliminar progressivamente todas as barreiras arquitetónicas nas vias públicas e nos edifícios camarários por forma a garantir a acessibilidade plena e a inclusão de todos os cidadãos, independentemente da idade ou condição física.



2. Turismo Organizado como parceiro de uma Mobilidade e Acessibilidade Sustentáveis

- Criar pontos de recolha para as carrinhas e autocarros de turismo nas freguesias que se justifique.
- A circulação e estacionamento no interior das freguesias dos Mosteiros e Sete Cidades será condicionada para os carros de aluguer, carrinhas e autocarros de turismo que deverão estacionar em parques designados para o efeito.



3. Parcerias Estratégicas

Articular com o Governo Regional dos Açores questões ligadas à mobilidade e acessibilidade do ou no acesso ao concelho.

Reforçar a otimização e o potencial sinérgico na coordenação inter-institucional de iniciativas e intervenções.



Fomentar a colaboração entre o setor público, privado e associativo como aceleradora de operacionalização e execução de objetivos comuns no que à mobilidade e acessibilidade no concelho.



EIXO II

Melhor combate à pobreza e mais desenvolvimento social

- i. Apoio à população em situação de exclusão social
- ii. Terceira Idade
- iii. Infância e Juventude
- iv. Cultura
- v. Desporto
- vi. Artesanato
- vii. Bem-estar animal
- viii. Alterações Climáticas, valorização ambiental e biodiversidade
- ix. Parcerias estratégicas
- x. Valorização dos trabalhadores municipais
- xi. Autarquia de proximidade
- xii. Equilíbrio e justiça na descentralização de competências
- xiii. Turismo organizado como parceiro para a inclusão

II. Melhor combate à pobreza e mais desenvolvimento social

Concelho onde se vai reduzir a pobreza financeira, cultural e cívica.

Vamos construir uma Ponta Delgada **mais inclusiva, mais justa e mais coesa**. Um concelho onde cada **cidadão tenha oportunidade de participar, de crescer e de se sentir parte ativa** no processo de desenvolvimento da sua freguesia mas **assumindo as suas responsabilidades**.

O nosso compromisso é claro: promover um novo modelo comunitário, alicerçado na intervenção social, na educação, cultura e no desporto, porque sabemos que é aí que está a **chave do futuro**.

Defendemos o acesso **por parte de todas as crianças** aos Espaços de Atividades de Tempos Livres (ATL) até aos 10 anos e identificaremos em situações de necessidade o alargamento deste modelo de intervenção educativa até dos 10 aos 12 anos. A pobreza não pode ser geracional: para a quebrar há que intervir de forma articulada, coesa e contínua em programas educativos, através **das artes e desporto**, que desenvolvam a cultura, **inteligência emocional e combate às dependências e à violência**.

Defendemos uma verdadeira **política desportiva** que garanta o acesso ao desporto independentemente da condição social, da freguesia onde se vive ou das condições socioeconómicas das famílias. Todas as crianças e jovens, sem exceção, devem ter acesso a **infraestruturas e modalidades desportivas** que lhes permitam **crescer saudáveis e integrados**. Quando garantimos que nenhuma criança e jovem fique de fora, estamos a combater desigualdades, a promover estilos de vida saudáveis e a garantir o desenvolvimento futuro das nossas comunidades.

Vamos construir uma Ponta Delgada inclusiva, coesa e justa, onde **o desporto é um direito de todos, com responsabilidade partilhada com as famílias**. A requalificação e/ou construção de infraestruturas deve ser avaliada de forma rigorosa, tendo em conta as carências existentes, os recursos humanos disponíveis mas sempre privilegiando a formação. Apoiar o desporto de competição permitindo garantir uma cadeia de valor para os praticantes de desporto.

Na área da cultura defendemos uma agenda descentralizada, **nas 24 freguesias** e realizada de fora para dentro com envolvimento dos agentes culturais. Promoveremos a cultura como motor de mudança nas crianças e jovens no seu percurso escolar e de atividades de tempos livres.

O **Coliseu Micaelense** terá uma gestão artística profissional, escolhida por concurso público, e trará uma programação marcada pela diversidade e inovação e como montra da nossa cultura.

Os idosos terão um apoio **próximo e descentralizado** na garantia do seu envelhecimento ativo, quer pela saúde física ou saúde mental.

Defendemos também uma **política de sustentabilidade ambiental firme e integrada nas opções políticas**, que não apenas responda às emergências climáticas, mas que esteja presente em cada decisão municipal, tornando Ponta Delgada mais resiliente e com efetivas respostas perante as emergências climáticas e mais amiga do ambiente. Mas não nos esqueçamos: o desenvolvimento só é verdadeiro quando chega a todos.

E é por isso que a nossa intervenção será forte junto das pessoas em situação de exclusão ou fragilidade social. Vamos fomentar a proteção, apoio e inclusão, com cidadãos **responsáveis pela sociedade onde vivem**.

Vamos transformar Ponta Delgada numa cidade que valoriza as pessoas, que acredita na educação, que promove o desporto e a cultura no respeito pelo ambiente e que apoia quem mais precisa, mas sempre suportado pela responsabilidade individual que a cada um se exige.

Medidas

1. Apoio à população em situação de exclusão social e segurança

Criar uma Unidade Técnica de Intervenção de Rua (UTIR),

com técnicos municipais com formação especializada, incluindo a Polícia Municipal, que atuarão em articulação com entidades sociais e com o Governo dos Açores, intervindo diretamente no território junto das pessoas em situação de exclusão. Esta unidade irá promover junto das instituições programas de ocupação/emprego para estes públicos e emitirá relatórios e avaliações periódicos para prestar contas aos cidadãos.

- Todos os que aceitem o apoio desta unidade serão identificados e acompanhados tendo em vista a sua reintegração na sociedade.
- As pessoas que recusem apoio, e que com diagnóstico de doença mental e sendo um risco para si ou para terceiros, a autarquia deve comunicar à autoridade de saúde e ao Ministério Público para que sejam tomadas as medidas adequadas, como, por referência, a do Maior Acompanhado.



Aumento número de camas associadas ao programa *Housing First*

Reiterar o compromisso com as instituições parceiras para a criação de camas no âmbito do programa *Housing First*, destinadas a pessoas em situação de sem-abrigo, incluindo aquelas que tenham concluído tratamentos de dependência.



Apoiar a reinserção social

Apoiar programas de reinserção social para pessoas em situação de exclusão ou fragilidade social, através de parcerias com instituições locais, focando formação, acompanhamento psicossocial e integração comunitária.



Aumentar a oferta de centros de acolhimento temporário e de emergência

Requalificar/Construir espaços municipais, tendo individualmente a lotação máxima de 10 pessoas para funcionamento como centros de acolhimento temporário e de emergência. Definir com o Governo dos Açores para assegurar o funcionamento destas instalações a serem criadas.



Monitorizar a situação das pessoas em situação de sem-abrigo

Disponibilizar *on-line* ficha de sinalização de sem-abrigo e produzir e disponibilizar relatórios públicos periódicos sobre a situação dos sem-abrigos.



Alargar o horário de funcionamento da Polícia Municipal

Alargar os dias e o horário de funcionamento da Polícia Municipal para além das 20h30 e reforçar a sua presença nas ruas do concelho, garantindo maior proximidade e segurança aos cidadãos.



Apoiar associações de imigrantes e/ou refugiados

Dar apoio a programas de integração escolar e social de crianças, adolescentes e jovens imigrantes e/ou refugiados, acelerando a sua adaptação e integração na nossa sociedade.



2. Terceira Idade

Promover o envelhecimento saudável

Implementar programas regulares e acessíveis de apoio à saúde física e mental da população idosa para a promoção do envelhecimento saudável e a melhoria do bem-estar físico e emocional.



Expandir o Programa Municipal Táxi+

Alargar o Programa Municipal de Apoio à Mobilidade Táxi+ para consultas, tratamentos e exames complementares de diagnóstico prescritos por médicos ou clínicas privadas que não tenham celebrado protocolo com o Serviço Regional de Saúde.



Os idosos **deixarão de ter a obrigatoriedade de carregar o passe mensal** todos os meses no concessionário de minibus.



3. Infância e Juventude

Elaborar e implementar um **plano de investimentos quadrienal nos espaços de Atividades de Tempos Livres (ATL) e nas escolas do 1.º ciclo**, assegurando condições infraestruturais adequadas e a criação de ambientes educativos seguros e inclusivos, com a devida previsão e articulação com os agentes educativos locais.



Proporcionar **zonas de lazer às crianças do município** que incluam equipamentos destinados a crianças com necessidades especiais, em particular com mobilidade reduzida e com perturbações do desenvolvimento de modo a proporcionar melhores condições de recreio e lazer, segurança e inclusão às crianças e famílias.



Os espaços Atividades de Tempos Livres (ATL) terão uma gestão transparente sendo de **acesso público o número de vagas existentes** em cada ATL, o **processo de candidatura** e de **admissão** e a **lista de espera**.



Desenvolver e implementar um **programa estruturado de intervenção precoce nos espaços de Atividades de Tempos Livres (ATL) e nas escolas do 1.º ciclo**, com recurso ao desporto e às artes como ferramentas pedagógicas para a promoção da inteligência emocional, a prevenção de comportamentos de risco, contribuindo para a rutura com os ciclos intergeracionais de pobreza.



Assegurar o **acesso aos espaços de Atividades de Tempos Livres (ATL) para todas as crianças das 24 freguesias até aos 10 anos** e promover a **expansão deste serviço às crianças entre os 10 e os 12 anos, em colaboração com parceiros** e nas freguesias que se justifiquem. Pretende-se garantir ambientes dinâmicos de brincadeira e aprendizagem que contribuam para o desenvolvimento integral das crianças e a conciliação entre a vida familiar e profissional dos pais e cuidadores.



Reforçar o apoio à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), de modo a potenciar a sua capacidade de intervenção e acompanhamento das crianças até ao 1.º ciclo, **garantindo uma resposta mais eficaz na promoção dos seus direitos e na prevenção de situações de risco**.



4. Cultura

Atribuir anualmente o valor de **750.000€** aos promotores culturais locais para que possam **planear a agenda cultural a implementar nas 24 freguesias**.

Efetuar a revisão do Regulamento Municipal de Apoio aos Agentes Culturais, **diferenciando o financiamento à realização de atividades culturais por parte de agentes profissionais e amadores**.

Articular a **programação da agenda cultural do Coliseu Micaelense com a do Teatro Micaelense**.

Reforçar o contato com a comunidade artística local de forma a fomentar a produção local e o coliseu ser um lugar agregador para esse fim.

Utilizar o Coliseu como parceiro das associações culturais locais e criar uma agenda de produção local paralela ao espetáculos, nas salas existentes no Coliseu.

Lançar **concurso público** para o cargo de direção de programação do Coliseu Micaelense.

Valorizar os eventos âncora – Centro Histórico Vivo, Grandes Festas do Espírito Santo, Noites de Verão e Festa Branca – promovendo a integração de artistas locais, de diferentes áreas artísticas, na sua programação, com espaço para a cultura popular.



Definir uma **política sistémica para a paisagem**, promovendo a sua preservação, valorização e integração no quotidiano da comunidade. Esta política deverá reconhecer a paisagem como elemento fundamental da identidade local, incentivando práticas de proteção ambiental, recuperação do património natural e construído e promoção de atividades culturais que reforcem a ligação entre a população e o território.



5. Desporto

Criar um **plano previsional quadrienal de investimentos** para a requalificação de infraestruturas desportivas.



Apoiar anualmente com 750.000€ os **clubes desportivos de formação** para o desenvolvimento da sua atividade.



Rever o regulamento municipal do desporto, tornando-o mais inclusivo, transparente e orientado fortemente para apoio à formação e competição.



Requalificar espaços desportivos, alguns abandonados, situados nas freguesias da Covoada, Santa Clara, Ginetes, Várzea, Mosteiros, Sete Cidades e Relva.



Corrigir a situação atual do Pavilhão Multiusos na Freguesia dos Mosteiros, colocando-o à disposição da comunidade um espaço funcional e acessível para a realização de atividades desportivas e sociais.



Reivindicar junto do Governo dos Açores a gestão da utilização do campo do Complexo do Lajedo, em articulação com escolas, clubes e associações desportivas, adaptando o campo para relva sintética e **sensibilizar para a requalificação do Pavilhão Sidónio Serpa e a utilização do Centro de Estágios** por parte dos clubes



Reivindicar junto do Governo dos Açores a municipalização do Complexo de Piscinas de São Pedro, garantindo a sua integração na gestão municipal. Será promovida a sua requalificação e a construção de uma piscina olímpica, garantindo uma infraestrutura moderna, adequada e de excelência para a prática desportiva.

Não sendo possível esta parceria até 2028, vamos identificar local e desenvolver projeto para a construção de uma Piscina Municipal, integrando uma piscina olímpica.



Afetar a zona norte do Parque Urbano (agora abandonada) para espaço de atividades desportivas.



6. Artesanato

Vamos incluir no site da autarquia informação e roteiro dos artesãos existentes no concelho.



Criar, com planeamento anual, Mercados Urbanos de Artesanato no concelho.



7. Bem-estar animal

Implementar um conjunto de medidas que **promovam a proteção, saúde e qualidade de vida dos animais**, reforçando simultaneamente a sensibilização da comunidade.



Requalificar as instalações do Canil Municipal, criando condições que incluam áreas de exercício e socialização em espaço verde de propriedade municipal, promovendo o bem-estar dos animais e a melhoria das condições de acolhimento.



Aumentar o numero de **parques caninos** disponíveis no concelho.



Promover adoções responsáveis, através de campanhas regulares, programas de sensibilização e parcerias com associações de proteção animal (com quem pretendemos **celebrar protocolos anuais**).



As receitas de taxas oriundas do Canil serão unicamente investidas na proteção e cuidado do animal.



8. Alterações Climáticas, Valorização ambiental e Biodiversidade

Rever e Operacionalizar o Plano Municipal de Combate às Alterações Climáticas, respondendo à emergência climática através do envolvimento ativo dos executivos das Juntas de Freguesia, das entidades competentes, dos cidadãos e empresários locais.



Desenhar **políticas públicas ambientais de forma sistémica e adaptada às especificidades de cada setor e território**, privilegiando a preservação da biodiversidade, a utilização sustentável e justa dos recursos naturais, a redução da poluição e a mitigação e adaptação às alterações climáticas.



Criar uma **rede funcional de recolha de resíduos porta a porta em todas as freguesias**, com um tarifário associado ao depósito de resíduos e não ao consumo de água, promovendo a adesão da população à separação de resíduos e à economia circular.



Instalar ou manter ecopontos em aglomerados habitacionais, sempre que se justifique, de acordo com as necessidades identificadas.



Implementar um **programa contínuo de sensibilização para a separação e valorização de resíduos**, em parceria com entidades públicas e privadas, estabelecendo metas claras e mecanismos de avaliação de desempenho e resultados.



Apoiar a **criação de FAB PDL-REU – Fábrica de Reutilização de Resíduos** –, uma catalizadora de economia circular congregando empresas, centros de investigação e universidade para desenvolverem projetos inovadores de reaproveitamento de resíduos como matéria-prima.



Promover a **eficiência energética e boas práticas ambientais nos edifícios e equipamentos municipais**, bem como nos eventos promovidos ou apoiados pelo município.



Promover o desenvolvimento e requalificação de espaços verdes do e/ou no município, nomeadamente para aumentar o coberto vegetal e ensombramento, bem como para a implementação de hortas comunitárias / familiares nos centros urbanos.



Aumentar e requalificar fontanários, bebedouros e sanitários públicos e reforçar a sua rede, designadamente em parques, praias e outras áreas de lazer.



Criar um regime de isenções fiscais e benefícios administrativos para intervenções que adotem práticas de **eco-construção**. O objetivo é estimular a utilização de materiais sustentáveis, sistemas de eficiência energética, aproveitamento de águas pluviais e soluções de baixo impacto ambiental.



Isentar em 50% o pagamento do consumo de água aos agricultores que pratiquem comprovadamente **agricultura** em modo biológico.



9. Parcerias Estratégicas

Estabelecer um **contrato-programa com a Universidade dos Açores**, no valor de **100.000€**, com o objetivo de promover estudos e projetos de investigação orientados para o território de Ponta Delgada, contribuindo para políticas públicas mais eficazes, baseadas em conhecimento científico e evidência local.



Recorrer ao **conhecimento produzido na Universidade dos Açores para implementar políticas públicas eficazes** ao nível da educação, do combate à pobreza, alterações climáticas, à valorização do património e da paisagem cultural.



Atribuir anualmente o valor de 50.000€ ao **Conservatório Regional de Ponta Delgada** para fomentar a aprendizagem e promover iniciativas de divulgação musical.



Cooperar com a Associação Humanitária de Bombeiros de Ponta Delgada no sentido de **desenvolver novas formas de financiamento**:

- Diligenciar pela **afetação da taxa aplicada** aos seguros nos ramos vida e de doença;
- **Definir protocolo anual** no valor de 200.000€ que dê liberdade à instituição de afetar a verba às suas necessidades;
- Avaliar conjuntamente com a **Assembleia de Cidadãos** da possibilidade de **implementar a taxa municipal de proteção civil**;
- Exercer o poder de influência da Presidente de Câmara para as necessárias alterações legislativas para a implementação do **estatuto de profissionalização dos bombeiros**.



10. Valorização dos Trabalhadores Municipais

Construir na autarquia um ambiente de trabalho transparente, baseado no **respeito mútuo**, onde cada trabalhador se sinta valorizado e parte essencial da missão institucional.



Integrar a hora de treino físico à Polícia Municipal no horário de trabalho, garantindo maior justiça e reconhecimento profissional.



Requalificar instalações municipais , em particular os sanitários no Canil Municipal e o estaleiro na Várzea.



Avaliar com os sindicatos representativos para a **alteração do acordo coletivo de trabalho dos trabalhadores** da autarquia para que se considere as seguintes situações:

- Quando ocorra o falecimento de um familiar do trabalhador da linha colateral em 3.º grau (tio ou tia) o trabalhador tem direito ao dia do funeral, sem perda de remuneração..
- Alargamento do **subsídio de insalubridade, penosidade e risco** a todos os trabalhadores que no exercício das suas funções possam resultar em comprovada sobrecarga funcional e aumento da probabilidade de ocorrência de lesão ou um risco potencial agravado de degradação do estado de saúde.



11. Autarquia de proximidade

Criar a **Assembleia dos Cidadãos** para que cada cidadão tenha a oportunidade de ser ouvido, participar das decisões e contribuir para a construção do futuro do município. O cidadão decide, a autarquia cumpre! Uma efetiva **democracia deliberativa**.



Implementar um **novo modelo de governação municipal**, assente na proximidade e descentralização dos serviços municipais nas freguesias onde se justifique, facilitando o acesso dos cidadãos aos serviços públicos e reduzindo desigualdades no território.



Convidar os Presidentes de Junta a integrar as reuniões da Câmara Municipal sempre que estejam em análise assuntos de investimento na sua freguesia, promovendo um modelo mais colaborativo e informado de governação local.



Criar o **Orçamento Participativo Vinculativo** com a verba de 2% do Orçamento Municipal, cerca de 1,1 M€, a ser implementado nas 24 freguesias durante o mandato.



Estabelecer um dia para ouvir e atender os cidadãos, promovendo proximidade, diálogo e participação ativa na gestão pública.



12. Equilíbrio e Justiça na Descentralização de Competências

Rever os contratos interadministrativos com as Juntas de Freguesia, garantindo maior equilíbrio entre os recursos financeiros atribuídos e as competências descentralizadas, promovendo uma gestão mais justa, eficiente e eficaz.



Apoiar tecnicamente os executivos de cada freguesia na implementação das competências delegadas pelo município.



13. Turismo Organizado como parceiro para a Inclusão

Articular os roteiros turísticos do concelho de forma a privilegiar operadores com histórico comprovado em **emprego inclusivo e/ou reinserção social**. Apoiar sinergias com iniciativas de economia solidária orientadas para o turismo no concelho.



EIXO III

Melhor urbanismo e mais habitação

- i. **Habitação Pública, Sustentável e Acessível a agregados com rendimentos médios**
- ii. **Requalificação de Espaços Públicos e Valorização do Património**
- iii. **Turismo Organizado como parceiro de Presença de identidade Cultural**
- iv. **Parcerias Estratégicas**

III. Melhor urbanismo e mais habitação

Concelho com pessoas, virado para o mar e com identidade cultural

A habitação é um direito fundamental, constituindo a base de qualquer comunidade e o alicerce a partir do qual se constroem as condições essenciais para que se possa aceder a outros direitos (educação, a saúde, o trabalho).

Importa garantir que todos disponham de condições de habitabilidade dignas. Vamos afetar **50% das receitas anuais do IMT** (Imposto Municipal de Circulação), cerca de **4M€**, para investir na habitação pública.

Neste sentido, a habitação estará no centro da nossa intervenção governativa através da implementação de soluções acessíveis, sustentáveis e adaptadas à diversidade territorial do nosso concelho. Para isto, a política urbanística nos próximos 4 anos será norteadada pela valorização do património coletivo, pela identidade cultural e da sustentabilidade ambiental, promovendo um modelo de desenvolvimento equilibrado entre as dinâmicas urbanas e as necessidades reais da população.

Medidas

1. Habitação Pública, Sustentável e Acessível a agregados com rendimentos médios

As habitações candidatas ao programa PRR (Plano de Recuperação e Resiliência) – 1.º Direito, que não sejam concluídas dentro do prazo legal previsto e que por esse incumprimento não recebam financiamento do PRR, serão direcionadas para famílias com rendimentos médios.



Requalificar imóveis municipais para usos multifuncionais, integrando habitação e estacionamento (quando justificável).



Estabelecer parceria com Cooperativas de Habitação, para a construção de habitação em terrenos municipais e avaliar a aquisição de imóveis devolutos no empreendimento Piedade Jovem.



Exercer o direito de preferência para aquisição de imóveis devolutos ou degradados nas várias freguesias, visando a sua reabilitação para habitação pública em modelo de arrendamento para rendimentos médios.



Alterar o Regulamento do Programa REVIVA, expandindo o seu âmbito às ruas das 24 freguesias até 2029, para requalificações até 350.000€, incentivando a reabilitação urbana e a revitalização do património habitacional para residentes.



Criar a "Via Verde" para investimentos na área da habitação, simplificando processos administrativos e promovendo a celeridade nos licenciamentos.



Promover soluções habitacionais sustentáveis, incentivando o uso de materiais endógenos ou de baixo impacto, armazenamento de águas pluviais (o que irá representar desconto na fatura de água) e a integração de energias limpas nas recuperações de habitações e novas construções.



Definir a taxa de IMI para 7,5% para prédios detidos por entidades em paraísos fiscais ou entidades dominadas ou controladas, direta ou indiretamente, por entidade com domicílio em paraísos fiscais.



2. Requalificação de Espaços Públicos e Valorização do Património

Implementar um plano de recuperação e valorização da identidade patrimonial e da paisagem cultural nas 24 freguesias.



Intervir urbanisticamente nas praias de São Roque e Livramento, com soluções de mobilidade, ordenamento e estacionamento.



Melhorar as condições de acesso, segurança e fruição nas zonas balneares da Ajuda da Bretanha e Santo António, bem como requalificar o Portinho de São Roque para zona balnear.



Avaliar a viabilidade de intervenções de melhoria e requalificação na zona balnear de Feteiras, Fenais da Luz e no acesso ao Porto dos Remédios



Promover o projeto de requalificação do Forte de São Caetano (Livramento) e o Castelinho (Santa Clara), transformando-os em espaços de visita e fruição, com entrada paga para turistas e gratuita para residentes.



Criar um regulamento de horários de funcionamento para estabelecimentos comerciais e de diversão.



Criar um regulamento de utilização de espaços públicos, assegurando o equilíbrio entre a atividade económica, o lazer e o bem-estar da população.



Requalificar espaços de contemplação nas freguesias, à semelhança do Miradouro dos Riscos (Candelária) criando zonas de descanso e valorização paisagística para retirar pressão noutros miradouros.



Sensibilizar o Governo dos Açores para a importância e urgência de requalificar e dignificar o trilho de acesso à Rocha da Relva, assumindo a autarquia a requalificação da via municipal de acesso à Rocha da Relva.



Implementar e recuperar sinalética urbana e turística nas 24 freguesias, promovendo a orientação, identidade e segurança no espaço público.



3. Turismo Organizado como parceiro de presença de identidade cultural

Desenvolver uma estratégia integrada para requalificar e revitalizar a faixa costeira de Ponta Delgada, reafirmando a nossa vocação atlântica e devolvendo o mar à vida da cidade e dos seus cidadãos. Esta estratégia incluirá o aumento do número de miradouros, a requalificação de poços e zonas balneares.



Promover a qualidade de vida dos cidadãos regulamentando a instalação **de novos Alojamentos Locais**, com base na análise de Alojamentos Locais existentes e ativos e o equilíbrio com as acessibilidades e a valorização da identidade local, após auscultação das associações.



Criar em parceria com associações o Guia de Boas Práticas para Visitar Ponta Delgada, incluindo orientações sobre circulação automóvel, sinalética e estacionamento, de forma a ordenar os fluxos turísticos e proteger os residentes, a ser disponibilizado nas estruturas de alojamento.



4. Parcerias Estratégicas

Apoiar cooperativas de habitação que estejam ativamente a trabalhar para aumentar o número de habitações disponíveis no concelho, ou que pretendam fazê-lo em coordenação com o município. Estender estas colaborações a cooperativas de energia nas mesmas condições.



Fomentar a colaboração entre o setor público, privado e associativo como aceleradora de operacionalização e execução de objetivos comuns no que toca ao urbanismo e à habitação no concelho.



EIXO IV

Mais criação e melhor distribuição de riqueza

- i. Modernização, Desburocratização e Agilização de Procedimentos
- ii. Promoção e Inovação no Centro Histórico
- iii. Economia digital
- iv. Regularização de Obras e Infraestruturas
- v. Apoiar a Agricultura
- vi. Promoção do Empreendedorismo e Internacionalização
- vii. Gestão sustentável e Geração de Riqueza
- viii. Turismo Organizado como parceiro para o Desenvolvimento
- ix. Investimentos e Transparência
- x. Parcerias Estratégicas

IV. Mais criação e distribuição de riqueza

Concelho com mais oportunidades, menos barreiras.

Ponta Delgada é um concelho com um **enorme potencial de crescimento económico!**

Ponta Delgada não é apenas a porta de entrada nos Açores: é um território de inovação, criatividade e de oportunidades. É aqui que queremos construir um futuro onde investir seja um compromisso conjunto com a prosperidade de cada uma das nossas freguesias.

Iremos transformar Ponta Delgada num polo de desenvolvimento local e regional, com infraestruturas modernas, com acesso a tecnologia de última geração e com uma comunidade local empreendedora preparada para abraçar o futuro.

Queremos **atrair investimento em setores estratégicos** – turismo sustentável, energias renováveis, tecnologia, serviços e agricultura inteligente.

Além disso, investir em Ponta Delgada não é só gerar riqueza. É urgente investir nas pessoas, nas nossas comunidades e na qualidade de vida de todos. Cada iniciativa apoiada, cada empresa que nasce, cada emprego criado é um passo firme rumo a um concelho mais forte, inclusivo e resiliente.

Para garantir a sustentabilidade e a prosperidade do nosso concelho a Câmara Municipal irá simplificar processos, promover incentivos e apoiar iniciativas que estimulem a economia local. Iremos tornar Ponta Delgada num concelho competitivo, atrativo e dinâmico, onde investir significa inovar, criar valor e melhorar a qualidade de vida. Acreditamos no potencial de Ponta Delgada e trabalharemos todos os dias para que cada oportunidade de investimento se transforme em desenvolvimento sustentável com benefícios concretos/diretos para cada uma das nossas 24 freguesias.

Medidas

1. Modernização, Desburocratização e Agilização de Procedimentos

Praticar, com critérios de justiça e equidade social, uma política de taxas municipais que permita aliviar a carga fiscal sobre as famílias e empresas, promovendo o aumento da produção e criação de emprego.

Desburocratizar e agilizar os procedimentos administrativos municipais, potenciando a realização de investimentos particulares e empresariais.



Reduzir para metade o tempo de resposta a procedimentos camarários, reorganizando os circuitos internos dos processos administrativos, descentralizando competências e implementando mecanismos de monitorização, garantindo um elevado padrão de qualidade, melhoria da sua eficiência e inovação, com respeito pelos direitos dos cidadãos à informação.



Criar a figura de Facilitador ao Investimento, um interlocutor especializado que irá mediar a relação entre os serviços camarários e outras entidades no que respeita aos projetos de licenciamento.



Adquirir serviços e produtos, sempre que possível e legalmente permitido, em empresas sediadas no concelho.



2. Promoção e Inovação no Centro Histórico

Em estreita colaboração com empresários, moradores e a autarquia, vamos criar a Estratégia FUnCHo (Frente Unida para o Centro Histórico), que consiste em ações que envolvam a acessibilidade, a mobilidade, segurança e a ordem pública, inovação, património e cultura e habitação.

Acessibilidade



- Constituir uma equipa técnica multidisciplinar, para em conjunto com os cidadãos interessados, técnicos, comerciantes, Polícia de Segurança Pública e os Bombeiros Voluntários de Ponta Delgada, avaliar o encerramento compulsivo das ruas e sentidos de trânsito no centro histórico, tendo como objetivos garantir o acesso dos meios de emergência e um ambiente urbano dinâmico e harmonioso.
- Reforçar o número de lugares de estacionamento dedicados a pessoas com mobilidade reduzida, identificados com a cor amarela.
- Estabelecer um número de lugares de estacionamento, identificados com a cor azul, dedicados idosos, grávidas e cidadãos acompanhados de crianças de colo.
- Estabelecer, rua a rua, a delimitação do estacionamento, com ou sem parquímetro, reservando uma quota de lugares identificados com a cor verde para residentes, sempre que se justifique.
- Criar bolsas de estacionamento no rés-do-chão em alguns imóveis da autarquia que serão alvos de requalificação.
- Reavaliar as zonas e horários de cargas e descargas.

Mobilidade

- Criar uma linha de minibus expresso que ligue os parques de estacionamento periféricos ao Centro Histórico.
- Alterar o modo de funcionamento (horários, pontos de paragem e circuitos) do minibus elétrico, destinado a pessoas com mobilidade reduzida, idosos e grávidas.
- Reavaliar o acesso dos táxis ao Centro Histórico que transportem cidadãos com mobilidade reduzida, idosos, grávidas ou cidadãos acompanhados de crianças de colo.



Inovação no comércio

- Avaliar com os comerciantes a possibilidade de articular os horários de funcionamento dos estabelecimentos.
- Desenvolver uma imagem de marca identitária para o Centro Histórico tornando-o uma referência inspirada na iniciativa "O Quarteirão".
- Atrair uma loja âncora estratégica, capaz de gerar maior fluxo de consumidores, fortalecer o comércio local e transformar o centro histórico em polo de referência.



Património e cultura

- Criar plano de salvaguarda do centro histórico.
- Promover e dinamizar eventos públicos culturais e de entretenimento em toda a malha do centro histórico e em vários momentos do ano.



Habitação: Viver no centro

- Requalificar imóveis pertencentes à autarquia para constituir uma bolsa de habitação pública para arrendamento.



Segurança e ordem pública

- Alargar os dias e horários de funcionamento da Polícia Municipal para além das 20h30 para garantir maior proximidade e segurança aos cidadãos.
- Criar uma Unidade Técnica de Intervenção de Rua (UTIR),
- Criar um regulamento de horários de funcionamento dos estabelecimentos noturnos.
- Criar um regulamento para a utilização de espaços verdes, jardins, parques e zonas similares.



3. Economia digital

Instalar um **FAB-LAB Digital**, laboratório digital, destinado a estimular a criação e experimentação, através do acesso a ferramentas e tecnologias digitais; e para a instalação de empresas do setor digital, nomeadamente na área da saúde em parceria com a Universidade dos Açores.



4. Regularização de Obras e Infraestruturas

Criar um procedimento que possibilite a regularização de obras existentes de particulares e pequenas empresas, cumprindo as normas em vigor.



Apoiar os proprietários com habitações em solo com o regime “Chão de Melhores” na sua legalização e conformidade nos termos do disposto na Lei n.º 20/2025, de 26 de fevereiro.



5. Apoiar a Agricultura

Isentar do pagamento de taxas para a construção de infraestruturas de captação e armazenamento de água e a edificação de muros de contenção, abrangendo o sector agrícola, outros sectores de atividade e particulares, incentivando a implementação de soluções sustentáveis para a gestão hídrica.



Garantir que os agricultores tenham acesso a água nas explorações.



6. Promoção do Empreendedorismo e Internacionalização

Redirecionar a ação do atual gabinete do empreendedor para captar investimentos e para a promoção de candidaturas europeias em áreas como a cultura, cidadania e desporto, em parceria com empresas e entidades locais.



7. Gestão sustentável e Geração de Riqueza

Requalificar o Complexo Industrial e Comercial “Armazéns dos Valados” e o da Azores Parque, criando um *hub* de atividades produtivas e comerciais que gere emprego.



Criar uma imagem identitária no Mercado da Graça, baseada na nossa identidade cultural, como a utilização de cestos artesanais para a exposição e comercialização dos bens agrícolas e artesanais constitui uma forma de reforçar a ligação entre tradição e contemporaneidade, promovendo simultaneamente a sustentabilidade, a economia local e a memória coletiva de Ponta Delgada.



O Mercado da Graça assumirá o seu lugar secular como polo dinamizador de Ponta Delgada, estimulando a economia local e facilitando a interação social entre as comunidades rural e urbana.

8. Turismo Organizado como parceiro para o Desenvolvimento

Partilhar a receita da taxa turística, (revisão do regulamento e da forma de cobrança), com as freguesias, com o objetivo de criar e/ou melhorar infraestruturas para serviços turísticos.



Desenvolver roteiros turísticos em todas as freguesias, posicionando Ponta Delgada como um destino com 24 percursos de visitação que integram o comércio local, o património histórico e as paisagens culturais.



Promover o emprego local e a valorização das zonas turísticas, tendo como exemplo a Casa do Dízimo (Fenais da Luz) e o Moinho da Tia Faleira (Fajã de Cima), aplicando este conceito ao Moinho Pico Vermelho, na Ajuda da Bretanha, e ao espaço no Miradouro do Caminho Novo na Relva.



Identificar oportunidades de geração de receitas turísticas em locais públicos de gestão autárquica e partilhar essa receita com as freguesias, contribuindo para o desenvolvimento da comunidade.



9. Investimentos e Transparência

Publicar um plano de previsibilidade de investimentos para os próximos quatro anos, detalhando os projetos de requalificação e construção e sua planificação financeira e temporal. O plano será atualizado anualmente, acompanhado de relatórios de execução financeira e de progresso, garantindo total transparência e prestação de contas aos cidadãos.



Publicar no site da autarquia todas as informações de interesse público relativas a projetos e investimentos, ou outros, e que estarão acessíveis para consulta pública. Vamos fortalecer a prestação de contas, ampliar a participação dos cidadãos e promover uma gestão pública mais transparente, eficiente e alinhada às necessidades da comunidade.



10. Parcerias Estratégicas

Identificar programas na União Europeia e na Macaronésia que possam impulsionar a notoriedade de Ponta Delgada e fortalecer as suas capacidades institucionais e económicas, aproveitando as oportunidades de financiamento e cooperação transnacional.



Ponta Delgada

é um concelho com um enorme potencial de crescimento e desenvolvimento.

A nossa candidatura tem um compromisso claro: transformar Ponta Delgada num município onde todos os cidadãos podem beneficiar de segurança e qualidade de vida.

4

Eixos Estratégicos

Por um desenvolvimento integral e sustentável

105
M€

Investimento Previsto

Para transformar Ponta Delgada nos próximos 4 anos

24

Freguesias

Todas incluídas no nosso projeto de desenvolvimento

Contamos com o seu apoio para construir o futuro que todos merecemos!

Escutar para decidir, agir para transformar e construir, em conjunto, um futuro de excelência para todos os cidadãos de cada uma das nossas 24 freguesias.

Com Coragem, por uma Ponta Delgada Para Todos

AUTÁRQUICAS 2025

